

Dívida Externa Só falta o Brasil

Com a conclusão da renegociação da dívida externa argentina, só falta o Brasil chegar a um acordo com seus credores para que a crise da dívida da América Latina, iniciada em 1982, com a quebra do México, deixe de ser um problema para a região e se resume a um episódio de sua história econômica. "Esperamos que a vitória final seja selada logo com um acordo entre o Brasil e seus credores", disse o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, ao comemorar o fim das negociações do governo argentino com os credores externos, que ocorreu na terça-feira, durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na cidade de São Domingos, na República Dominicana.

Basicamente, o acordo argentino prevê o refinanciamento por 30 anos de uma dívida total de US\$ 23 bilhões (com opção de redução de 35%, de acordo com o esquema do Plano Brady) e a rolagem dos juros atrasados que totalizam US\$ 8,5 bilhões (a Argentina pagou US\$ 400 milhões e ainda entregou aos credores títulos do Tesouro dos EUA no valor de US\$ 300 milhões). O governo argentino contou com amplo apoio oficial externo para oferecer garantias reais aos credores particulares. Obteve US\$ 1 bilhão do Fundo Monetário Internacional e terá US\$ 1,9 bilhão do Banco Mundial, do BID e do Eximbank japonês. Para completar os US\$ 3,4 bilhões de garantias, utilizará US\$ 500 milhões de suas reservas.

"Esse acordo permitirá à Argentina reconquistar a confiança no futuro", comentou o ministro da Economia, Domingo Cavallo. Ao deixar a lista de maus pagadores, a Argentina — tanto o governo como o setor privado — habilita-se a obter novos financiamentos externos. Por esses recursos pagará as taxas normais do mercado, da ordem de 5% ao ano, e não mais os 10% ou mais que era obrigada a pagar, quando obtinha crédito externo, por causa de sua condição de cliente não confiável.

Os bancos, de sua parte, que ao longo dos últimos

dez anos estavam interessados apenas em tentar receber o que lhes era devido, sem se importar com a situação do devedor, voltam a se interessar pelo desempenho da economia argentina, pois, quanto melhor for esse desempenho, menores serão os riscos de atraso nos pagamentos e maiores as oportunidades de novos negócios. "Na década dos 80 os bancos eram sócios da recessão, agora são aliados da reativação", resume Horácio Liendo, que assessorou o ministro Cavallo nas negociações.

Os bancos internacionais queriam que também o caso brasileiro estivesse resolvido até a reunião do BID. O fato de isso não ter acontecido não quer dizer que as negociações estejam emperradas. Falta pouco para o acordo. Entre as questões ainda em discussão estão as garantias exigidas pelos credores, alguns prazos de carência e a evolução dos juros a serem pagos nos próximos anos.

O Brasil, como tem dito o negociador oficial, Pedro Malan, deseja chegar a um entendimento com os credores "o mais rápido possível". Esse desejo, porém, não deve levar a um acordo como o de 1988, muito comemorado na época, mas que, por causa do agravamento da crise econômica, começou a ser desrespeitado pelo governo brasileiro poucos meses depois, até se chegar à suspensão dos pagamentos em julho de 1989. "O que temos dito aos bancos, e creio que eles compreendem, é que tanto para eles como para nós mais importante do que correr é trabalhar para se chegar a um acordo viável", diz Malan.

Esperado para breve, um acordo nessas condições ajudará a consolidar os sinais positivos que a economia brasileira vem dando, como a maior utilização da capacidade instalada das empresas, a redução do ritmo de demissões, as expectativas de aumento de vendas nos próximos meses e a falta de espaço para reajustes exagerados dos preços. São sinais que apontam para a recuperação da atividade econômica e para a queda da inflação.